

Múcio denunciado por abusos

PSB e PMN escancaram vida suspeita do deputado no TRE



Múcio tem longa carreira em Minas, Rio e Rondônia

O presidente do PSB — Partido Socialista Brasileiro, Luiz Manzolillo, e o presidente do Partido da Mobilização Nacional-PMN, Celson Carlos Batista de Oliveira, pediram ontem à tarde ao Tribunal Regional Eleitoral —TRE a não concessão do registro de candidato ao Senado a Múcio Athayde, do PMDB de Brasília, sob o argumento de falta de moralidade para o exercício do mandato e por abuso do poder econômico, além da tentativa contra a propriedade privada e pública e da falta de probidade administrativa.

A petição, de 23 páginas datilografadas, está acompanhada de uma pasta de 12 centímetros de altura contendo centenas de documentos que vão desde recortes de jornais a cópia de autos judiciais, mandado de prisão, certidões e inquéritos em que o postulante a candidato está sendo acusado de infringir 19 artigos de várias leis e dois artigos da Constituição Federal.

TESTEMUNHAS

Entre as testemunhas, a petição arrola os jornalistas Hélio Fernandes, Silvestre Gorgulho e Armando Rolemberg, professores Renato Santos Mello e Jefferson Aragão, além do juiz Simão Guimarães de Souza, da Primeira Zona Eleitoral.

Alegam Manzolillo e Celson Carlos que, no uso da vida pública, há de se esperar comportamento adequado ao convívio democrático em que o homem político tenha sempre o respeito aos seus concidadãos, concluindo que "esta não é característica evidenciada

pelo impugnado na sua vida empresarial e política".

Para traçar o perfil de Múcio Athayde citam no início do documento três artigos do jornalista Hélio Fernandes, da *Tribuna de Imprensa*, republicados no *CORREIO BRAZILIENSE* em janeiro e março deste ano, em que o postulante a candidato é tratado como "A corrupção andarilha", com prisão decretada no Rio de Janeiro e processado por calote e furto.

Frisam os signatários da petição que a leitura de tais artigos pode levar à impressão de que se trata de histórias fantásticas e inacreditáveis, "mas efetivamente as certidões dos cartórios do Rio de Janeiro confirmam todos os artigos jornalísticos".

JORNALISTAS

Para evidenciar transações de lesa-povo, transcrevem também matéria publicada no jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, em que os jornalistas Cristina Ávila e Alexandre Badra denunciam que Múcio Athayde, um dia depois de eleito deputado federal por Rondônia, com 25 mil votos, desapareceu e nunca mais foi visto no Estado.

Motivo da fuga: avalanche de credores que batiam à porta do jornal *O Guaporé*, o de maior circulação em Porto Velho e que possuía a melhor equipe de jornalistas e gráficos do Estado. O periódico tinha sido adquirido em 1982 por Múcio Athayde, "com promessas mirabolantes de transformar o diário no maior jornal da Amazônia".

GUIAS

O documento fala também de denúncia da existência de matriz de bronze para fabricação de guias falsas de certificado de imóveis junto à Previdência Social, encontrada nos cofres do jornal *O Guaporé*, além de guias falsas em favor de empresa de Múcio Athayde certificando-a de estar quite com o Iapas.

Cita ainda dois professores da Universidade de Brasília, Renato Santos Mello e Jeferson Aragão, do Departamento de Biologia, que pretendiam solicitar ao Presidente da República que "pessoas que comprovadamente lesaram o público sejam impedidas de se candidatarem à Constituinte". Ambos se consideram lesados na compra de apartamentos na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, de um projeto conhecido por "Athydeville", lançado pelo parlamentar em 1970.

O postulante a candidato ao Senado é acusado também do não-pagamento dos chapéus utilizados como propaganda política na sua campanha em Rondônia. A empresa "Chapéus Mont'Crist", para receber sua dívida, teve que ingressar no Juízo da 44ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

Para os signatários da petição, a história de Múcio daria um best-seller. Advertem que ela está se repetindo na campanha eleitoral do Distrito Federal, onde o candidato "se resguarda na sua condição de deputado federal para furtar até energia elétrica nas coberturas dos edifícios Márcia e Marista".

